

RESPOSTA AO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA PAULA SILVA MENDES LTDA.

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, DESDE QUE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: 29.08.2024.

SITUAÇÃO ATUAL: SUSPENSO PARA JULGAMENTO DE RECURSO.

I. DAS PRELIMINARES

Recurso interposto **tempestivamente**, em **02.09.2024** (segunda-feira), pela empresa licitante **PAULA SILVA MENDES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.753.522/0001-28, com fundamento no art. 165, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 12.2 do Edital de Licitação nº 113/2024, em face da decisão do Agente de Contratação que a declarou a inabilitada por descumprimento de disposição editalícia.

Considerando que a sessão pública na qual foi proferido o julgamento ocorreu em 29.08.2024 (quinta-feira), teve início o **prazo recursal de três dias úteis** em 30.08.2024 (sexta-feira), **encerrando-se em 03.09.2024** (terça-feira) o prazo para apresentação dos recursos. Logo, **tempestiva a razão recursal *sub examine***.

II. DO RELATÓRIO – Dos Fatos

Em 29 de agosto de 2024, às 08:29 horas, reuniu-se o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio da Prefeitura de Extrema/MG para reabertura da



sessão e julgamento do Pregão Eletrônico nº 084/2024 (Processo nº 189/2024), cujo objeto consiste na *“aquisição de pneus, câmaras e protetores, desde que de acordo com as especificações constantes neste edital e em seu Anexo I”*.

Após a finalização da fase de lances, a empresa PAULA SILVA MENDES LTDA foi inabilitada por não atender ao item B.3.b do instrumento convocatório.

III. DO MÉRITO

III.1. DA RAZÃO RECURSAL.

A Recorrente **PAULA SILVA MENDES LTDA**, argui que *“é microempresa, optante pelo Simples Nacional, que a teor do disposto da Lei 9.317/1996 e na Lei Complementar 123/2006, dispensa a obrigatoriedade de apresentação de balanço patrimonial e demonstrativos contábeis substitutivos”*.

Pondera a recorrente pela *“ilegalidade da exigência editalícia quanto a apresentação de seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis, uma vez que por ser empresa optante pelo simples nacional seria dispensada da escrituração contábil na forma exigida pelo edital”*.

Pontua que a solicitação do edital *“é ilegal e vai contra diversos artigos da legislação brasileira, sendo motivo inclusive de mandado de segurança e anulação de edital”*.

É o relatório.

III.2. DA ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS



III.2.1. DO BALANÇO PATRIMONIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

O instrumento convocatório prevê que para a qualificação econômico-financeira, a empresa deverá apresentar:

5.3 - DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

a) *Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.*

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: *(Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação). (Destaque nosso).*

Cabe salientar que o balanço patrimonial, especificamente, tem por objetivo examinar a situação econômico-financeira do licitante e sua disposição está preconizada no inciso I do artigo 69 do Estatuto das Licitações, vejamos:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:



I - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. (Destaque nosso).

O balanço patrimonial exigível deve se referir ao último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário, este registrado na Junta Comercial. Vejamos o artigo 1078, inciso I, do Código Civil:

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (...)

Acerca do prazo para apresentação do balanço, o jurista Carlos Pinto Coelho Motta¹ leciona:

O problema consistiria, concretamente, nos prazos referentes à exigibilidade de tais documentos, para fins de habilitação. Por vezes coloca-se nítido impasse entre a exigência do balanço e o fator temporal. O Professor Pereira Júnior conclui, judiciosamente: (...) o que parece razoável é fixar-se 30 de abril como a data do termo final do prazo para levantamento dos balanços e 1º de maio como a data do termo inicial de sua exigibilidade. Antes dessas datas, somente seriam exigíveis os balanços do exercício anterior ao encerrado. Assim, por

¹ in *Eficácia nas Licitações e Contratos*. 11ª ed. rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 389



exemplo, de janeiro a abril de 2004, se se quiser o balanço como prova de qualificação econômico-financeira, somente será exigível o referente a 2002.

Necessário esclarecer que a norma deve ser analisada de forma sistematizada. A exigência inscrita não possui escopo de restringir a competição e sim, garantir que o vencedor da licitação possa presta o serviço na integralidade. Só assim, a Administração Pública estará resguardando o interesse público.

Caso a empresa interessada em participar do certame, entendesse impertinente a exigência de Balanço Patrimonial ou outra exigência do edital pela sua condição de ME/EPP, não poderia ficar silente e aguardar a análise de documentos de habilitação para levantar esses argumentos, sob o pressuposto de que seria uma regra autoaplicável.

Afinal, caso o edital exija a apresentação do balanço patrimonial, todas as empresas deverão apresentar o referido documento, incluindo as licitantes sob a condição de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

O posicionamento majoritário da jurisprudência e da doutrina é no sentido de que o edital pode exigir a apresentação de balanço patrimonial de todas as licitantes, **inclusive** das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Nesse sentido, vejamos excerto de decisão do TCEMG que denota o seu posicionamento acerca do tema:

DENÚNCIA N. 997561

Denunciante: Ernane Bramante Serviços Ltda. – ME

Denunciada: Prefeitura Municipal de Barão de Cocais



Exercício: 2016

MPTC: Sara Meinberg

RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ

EMENTA

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS. IRREGULARIDADE. INABILITAÇÃO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL. IMPROCEDÊNCIA.

1. O art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, conjugado com o art. 9º da Lei nº 10.520, de 2002, autoriza a Administração a exigir, nos certames licitatórios, balanço patrimonial como requisito necessário para a comprovação da capacidade econômico-financeira de licitante.

2. É regular a inabilitação de licitante que apresenta documentação de habilitação não aderente aos requisitos estabelecidos no edital do certame.

Segunda Câmara

33ª Sessão Ordinária – 09/11/2017

I – RELATÓRIO

Tratam os autos da denúncia formulada por Ernane Bramante Serviços Ltda. – ME, com pedido de liminar, em face de possíveis irregularidades relacionadas ao edital do Pregão Presencial nº 41/2016, promovido pela Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, destinado à aquisição de pneus novos com certificação do INMETRO para veículos leves, médios, pesados, motocicletas e para máquinas da frota municipal, bem como veículos de entes públicos conveniados.

A denunciante se insurgiu, em linhas gerais, contra o procedimento adotado pela Administração Pública na condução



do certame, sobretudo em relação a sua inabilitação, cuja motivação se lastreou no argumento de que não houve a comprovação da sua boa situação financeira.

Segundo a denunciante, a decisão administrativa contrariou a legislação de regência, pois, em se tratando de microempresa, a falta de apresentação do balanço patrimonial, cuja previsão estava contemplada no subitem 9.5.2 do edital, não dava ensejo a sua exclusão do certame na fase de habilitação.

(...)

II – FUNDAMENTAÇÃO

(...)

A questão relativa à exigência ou não de balanço patrimonial de licitantes que se enquadrem como ME e EPP já foi enfrentada por este Tribunal nos processos de nºs 898.554 e 986.916. Nas decisões referentes a tais processos, posicionaram os Colegiados competentes deste Tribunal pela inexistência de regra legal que dispense as ME e EPP da elaboração de balanço patrimonial.

(...)

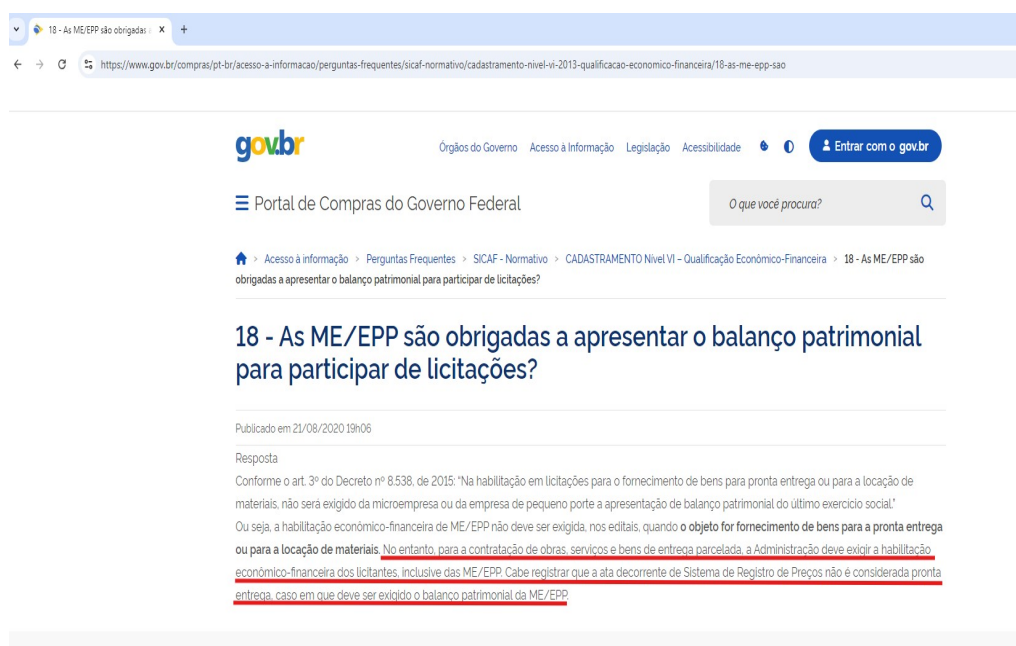
III – DECISÃO

Por todo o exposto, julgo improcedentes os fatos delatados por Ernane Bramante Serviços Ltda. – ME, em face do edital do Pregão Presencial nº 41/2016, promovido pela Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, por entender que foi regular o ato de inabilitação da ora denunciante no curso do certame, ante à falta de apresentação de documentos probatórios de sua boa situação financeira. Intime-se também a denunciante desta decisão.



Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos, em atendimento às disposições regimentais em vigor.

No mesmo sentido é a resposta técnica disponibilizada pelo Governo Federal², a se ver:



The screenshot shows a web browser window with the URL <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/perguntas-frequentes/sicaf-normativo/cadastramento-nivel-vi-2013-qualificacao-economico-financeira/18-as-me-epp-sao-obrigadas-a-apresentar-o-balanco-patrimonial-para-participar-de-licitacoes>. The page is titled "18 - As ME/EPP são obrigadas a apresentar o balanço patrimonial para participar de licitações?". It was published on 21/08/2020 19h06. The response states that according to Article 3º of Decree nº 8.538, of 2015, the requirement for a balance sheet is not applicable to ME/EPP companies. However, for the procurement of goods, services, and works, the administration must require a balance sheet from the bidders, including ME/EPP. The text is underlined in red.

É relevante esclarecer que o Edital é a lei interna da licitação, vinculando todos os participantes, bem como a própria Administração Pública, não podendo ser alterado e tampouco flexibilizado para auxiliar quem quer que seja.

Cabe destacar que a Administração Pública não pode descumprir as normas e as condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, o formalismo é necessário para garantir a objetividade dos procedimentos públicos, em favor do

² <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/perguntas-frequentes/sicaf-normativo/cadastramento-nivel-vi-2013-qualificacao-economico-financeira/18-as-me-epp-sao-obrigadas-a-apresentar-o-balanco-patrimonial-para-participar-de-licitacoes>. Acesso em 09.10.2024.



princípio da impessoalidade, evitando que prevaleçam juízos subjetivos de agentes públicos.

Para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, torna-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-se ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Destaques nossos).*

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)³ é uníssona, no que tange a vinculação ao edital, senão vejamos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EDITAL - PRODUTO - DIVERGÊNCIA DA AMOSTRA - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E APLICAÇÃO

³ TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.24.152898-3/001, Relator(a): Des.(a) Carlos Henrique Perpétuo Braga, 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/06/2024, publicação da súmula em 03/07/2024.



DE SANÇÕES - POSSIBILIDADE.

1.O princípio da vinculação ao edital, expressamente previsto na Lei de Licitações, limita o próprio ato administrativo às regras estabelecidas, impondo a inabilitação da empresa que descumprir as exigências estabelecidas no ato convocatório.
(Destaque nosso).

A Administração e as licitantes ficam restritas aos que lhes é solicitado ou permitido no edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao edital, destarte, minimizada está a existência de surpresas, vez que as partes tomaram ciência de todos os requisitos, ou previamente estimaram o conteúdo das documentações, formulando-as de acordo com os princípios da isonomia e competitividade.

Agindo assim, está Administração conserva a lisura, a legalidade e o respeito aos princípios licitatórios e àqueles previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal⁴, por consagração aos princípios constitucionais que regem as licitações públicas.

É importante salientar que é dever do agente administrativo zelar pela legalidade, agindo de formar coerente e razoável, a fim de rever e adequar seus atos, modificando-os quando necessários. Tais características fundamentam a decisão do Agente de Contratação, que busca tão somente zelar pela legalidade dos atos e a idoneidade do processo.

⁴ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



Portanto, a desclassificação da Recorrente se deu em observância aos princípios que norteiam a Administração pública, da vinculação ao instrumento convocatório e das normas vigentes.

IV. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, em observância aos da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Isonomia e do Julgamento Objetivo, esta Comissão Permanente de Licitações decide receber o recurso apresentado pela empresa **PAULA SILVA MENDES LTDA**, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO** e, assim, **MANTER** a decisão que a declarou inabilitada do Pregão Eletrônico nº0084/2024 (Processo Licitatório nº 189/2024), por não ter comprovado o atendimento a todas as exigências legais e editalícias.

Encaminha-se a presente decisão à autoridade competente para conhecimento e decisão final, em obediência aos ditames legais (art. 165 § 2º, Lei 14.133/2021).

Extrema, 14 de outubro de 2024.

Carlos Alexandre Morbidelli
Agente de Contratação
DECRETO Nº 4.486 DE 07 DE JUNHO DE 2023



RESPOSTA AO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA PAULA SILVA MENDES LTDA.

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, DESDE QUE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: 29.08.2024.

SITUAÇÃO ATUAL: SUSPENSO PARA JULGAMENTO DE RECURSO.

Ratifico a decisão do Agente de Contratação, com base nos fundamentos acima expostos, para **negar provimento** e, assim, **manter** o resultado do julgamento do Processo Licitatório nº 189/2024, Pregão Eletrônico nº 0084/2024, que declarou a recorrente inabilitada.

Dê-se ciência aos interessados e cumpra-se

Extrema, 14 de outubro de 2024.

Tailon Alexand de Camargo
Ordenador de Despesas do Município de Extrema
Decreto nº 3.138, de 08 de março de 2017.

